

# PARA ONDE FOI A HISTÓRIA ECONÔMICA DA DITADURA MILITAR? – UMA ANÁLISE SOBRE A RECENTE PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

*RAFAEL LEITE FERREIRA*

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

## RESUMO

---

Nos últimos anos, apesar do significativo avanço da produção historiográfica acerca do golpe civil-militar de 1964 e do regime autoritário que se seguiu, as interpretações que privilegiam os aspectos econômicos desses episódios vêm perdendo espaço e adeptos em análises acadêmicas. Acreditamos que esse desinteresse é fruto do movimento antiestruturalista dos anos 1960 e pós-modernista da década de 1990. O presente artigo visa entender as possíveis razões para o pouco interesse da imprensa e dos intelectuais brasileiros pela história econômica. Além disso, pretende discutir a situação atual desse fenômeno e as suas principais implicações no campo do conhecimento histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Militar Brasileira; Historiografia; História Econômica.

## ABSTRACT

---

In recent years, despite significant advancement of historical production about the civil-military coup of 1964 and the authoritarian regime that followed, the interpretations that emphasize the economic aspects of these episodes have been losing space and adherents. We believe that this lack of interest is the result of anti-structuralist movement of the 1960s and post-modernist 1990s. This article aims to understand the possible reasons for the lack of interest from the press and Brazilian intellectuals of the economic history and discuss the current situation this phenomenon and its implications for the major field of historical knowledge.

**KEYWORDS:** Brazilian Military Dictatorship; Historiography; Economic History.

## Introdução

“O golpe de 1964 nada tem a ver com economia, foi só política”.  
Mário Henrique Simonsen<sup>1</sup>

A citação em epígrafe, proferida pelo economista Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda no governo Geisel e do Planejamento no governo Figueiredo, em uma mesa redonda realizada na Fundação Getúlio Vargas (FGV), por ocasião do trigésimo “aniversário” do golpe de 1964, representa, em boa medida, uma ideia hoje compartilhada por diversos intelectuais e jornalistas de que não apenas o golpe de 64, mas o próprio regime militar nada teve a ver com economia. Este trabalho criticará tal conclusão e investigará quais os possíveis fatores que levaram esses pesquisadores a se distanciarem, no decorrer das últimas décadas, das análises econômicas.

O ano de 2014 marcou a passagem dos cinquenta anos do golpe civil-militar que defenestrou o presidente João Goulart e implantou uma ditadura de 21 anos no Brasil (1964-1985). Ao longo das últimas décadas, ficando-nos presos apenas aos “aniversários” do episódio, em suas datas redondas pós-ditadura (1994, 2004 e 2014), podemos perceber um progressivo interesse de amplas parcelas da sociedade brasileira acerca da temática. Lembramo-nos, por exemplo, que, no ano de 1994, quando programamos alguns eventos acadêmicos sobre o golpe de 64, a quantidade de inscritos era realmente baixíssima.

Durante a década de 1990, no campo da produção bibliográfica, a situação também era de pouco interesse em relação ao golpe e ao regime. O historiador Carlos Fico salientou que afora algumas entrevistas de ex-presos políticos, a publicação de alguns livros-depoimentos de ex-militantes e da existência de algumas obras, então clássicas, publicadas ao longo das décadas de 70 e 80, no geral, os trabalhos e as pesquisas sobre o golpe e a ditadura ainda eram escassas no ano de 1994<sup>2</sup>. Uma produção, por exemplo, que conseguiu, durante a década de 90, dar uma boa alavancada nas discussões sobre o tema foi a trilogia *Visões do golpe, Os anos de chumbo* e *A volta aos quartéis*, publicada pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, em que os próprios militares expuseram diretamente opiniões, pontos de vista, críticas ou elogios à sua performance no exercício do poder<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Citado por CARVALHO, José Murilo de. 1964 meio século depois. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, jan./abr. 2014, p. 11.

<sup>2</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 20-23.

<sup>3</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a. \_\_\_\_\_. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b. \_\_\_\_\_. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

O ano de 2004, ao contrário, já apresentava um momento diferente. Nesse ano, o interesse foi, de fato, muito maior. Além da realização de diversos seminários, conferências, documentários, reportagens especiais, e da publicação de centenas de pesquisas e obras sobre o tema, a criação de duas medidas de reparação do Estado brasileiro dentro da ideia de Justiça de Transição – a “Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, de 1995, e a “Comissão de Anistia” do Ministério da Justiça, de 2001 – despertou uma nova discussão sobre a ditadura e trouxe a questão das graves violações de Direitos Humanos desse regime para dentro do Estado. Como é sabido, em um Estado Democrático de Direito, a busca pela verdade através de mecanismos tais como Comissão da Verdade, abertura de arquivos e investigações forenses sobre desaparecidos políticos apresentam uma função crucial de reconhecimento histórico, em oposição à negação e o silêncio do anterior Estado de Exceção, e cumprem o imperativo moral do direito das vítimas à verdade sobre o passado e as violações sofridas.

O ano de 2014, por sua vez, dando continuidade ao acúmulo de experiências das décadas anteriores, foi marcado por um notável envolvimento da sociedade brasileira sobre a temática. Em todo o país, desde o começo do ano, tem-se intensificado congressos e seminários, circuitos de entrevistas e palestras, depoimentos em Comissões da Verdade, atos simbólicos de reparação e de homenagens às vítimas da repressão, “escrachos ou escrachos” (protestos públicos que têm o objetivo denunciar os colaboradores da ditadura militar, sejam pessoas ou empresas, como forma de pressionar por sua punição na Justiça), documentários, publicações de especialistas e de perseguidos políticos etc., sobre o golpe de 1964 e o regime autoritário que se seguiu.

Some-se a isso, o acréscimo de pedidos de reparação pecuniária à Comissão de Anistia, a condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (no *Caso Gomes Lund e Outros “Guerrilha do Araguaia” vs. Brasil*, sentença de 24 de novembro de 2010), o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 pelo Superior Tribunal Federal (STF), em abril de 2010, sobre a “revisão da Lei de Anistia de 1979”, a divulgação da nota pública de uma rede de comunicação afirmando que o seu editorial de 1964 teria sido um erro<sup>4</sup>, a crescente multiplicação de Comissões da Memória e Verdade em todo país, o conhecimento para milhares de pessoas que houve torturas nos porões da ditadura, através do depoimento de um extorturador em cadeia nacional e horário nobre, entre outros. Somados, todos esses elementos têm sido um importante caldo para rediscutir o regime autoritário brasileiro.

Envolvidos pessoalmente sobre a temática, temos procurado acompanhar as atividades correlatas ao assunto. Apesar dos inúmeros relatos lidos e ouvidos e da sensação de um notável avanço das experiências sobre a

<sup>4</sup> Trata-se do conglomerado “Grupo Globo” (anteriormente conhecido como “Organizações Globo”). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

temática em relação aos “aniversários” das décadas anteriores, foi perceptível no ano de 2014 a falta de discussões e análises a respeito de um aspecto de extrema relevância para a compreensão do regime militar: a área econômica. Três casos, por exemplo, evidenciam essa questão:

1. Cito a falta de matérias e entrevistas na grande imprensa a respeito da temática. No Estado de Pernambuco, por exemplo, embora os três jornais de maior circulação (*Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco* e *Folha de Pernambuco*) tenham alocado esforços durante o cinquentenário do golpe de 64 no sentido de discutir a ditadura militar, nenhuma reportagem foi produzida em relação à área econômica.

2. Um segundo exemplo foi o rico quadro “1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil” produzido e exibido pela Univesp TV durante o ano de 2014. Para discutir a passagem dos 50 anos do golpe, a Univesp TV produziu uma série de reportagens especiais, entrevistas, vídeos, mesas e seminários. No entanto, em nenhum dos episódios, o programa analisou as transformações econômicas ocorridas durante o regime autoritário.

3. Diz respeito à falta de publicações recentes de obras específicas sobre a temática. A fim de verificar a disponibilidade de livros dirigidos ao público em geral sobre os aspectos econômicos da ditadura, dirigimo-nos à maior livraria do Estado de Pernambuco. A ideia era verificar no banco de dados dessa megastore a quantidade de obras disponibilizadas ao grande público, professores, pesquisadores e estudantes, que tratavam da “história econômica”, particularmente durante o período da ditadura. Foi-nos passado a sucinta lista:

- *História Econômica Geral* (1991), de Cyro de Barros Rezende Filho;
- *Introdução ao estudo da história econômica* (1995), de Carlo M. Cipolla;
- *História econômica da Europa pré-industrial* (2000), de Carlo M. Cipolla;
- *Historia Economica de America Latina* (2002), organizado por Tulio Halperin Donghi, William Glade e Rosemary Thorp;
- *História Econômica do Período Colonial* (2002), organizado por Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa;
- *História Econômica da Independência e do Império* (2002), organizado por Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa;
- *História Econômica da Primeira República* (2002), organizado por Tamás Szmrecsányi e Sergio Silva;
- *História Econômica do Brasil Contemporâneo* (2002), organizado por Tamás Szmrecsányi e Wilson Suzigan;
- *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico* (2002), organizado por Tamás Szmrecsányi e Ricardo Maranhão;
- *História econômica do Brasil república* (2002), organizado por Armando João Dalla Costa, Eduardo Gelinski Júnior e Marco Antonio Ribas Cavalieri;
- *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense* (2006), de Ailton Mota de Carvalho e Maria Eugenia Ferreira Totti;

- *História econômica: agricultura, indústria e populações* (2006), organizado por Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Vera Lúcia Amaral Ferlini;
- *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas* (2012), de Avanete Pereira Sousa;
- *Historia Econômica do Brasil* (2012, 43ª ed.), de Caio Prado Júnior;
- *História Econômica Geral* (2013), de Alexandre Macchione Saes, Flávio Azevedo Marques de Saes;
- *A Doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)* (2013), de Carlos Giannazi<sup>5</sup>;
- *A ditadura militar, 1964-1985: momentos da República brasileira* (2014), de Evaldo Vieira<sup>6</sup>;
- *História econômica do mundo: das origens aos subprimes* (2014), de Jacques Brasseul.

Como se pode perceber, com exceção do livro de Carlos Giannazi, nenhum livro com o objetivo específico de analisar os aspectos econômicos do regime militar foi lançado recentemente. Acreditando que os livros disponibilizados atualmente nas estantes das livrarias são um bom termômetro para se verificar tanto o que está sendo produzido em termos de área de interesse e editoriais, bem como o que está sendo vendido ao público em geral, realizamos uma pesquisa mais ampla no banco de dados da referida megastore a fim de verificar, junto ao grande número de livros produzidos nos últimos anos sobre o golpe de 64 e o regime militar, capítulos ou artigos que abordassem a natureza econômica da ditadura.

Dos livros constantes no banco de dados dessa megastore, raríssimos foram aqueles que dedicaram, com maior ou menor atenção, algum capítulo específico à análise econômica. Através da sucinta lista montada a seguir, fica evidente o nível de dificuldade que um estudante encontra hoje em pesquisar sobre a área<sup>7</sup>. Das obras lançadas nos últimos anos, destaco os capítulos<sup>8</sup>:

<sup>5</sup> GIANNAZI, Carlos. *A Doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)*. São Paulo: Cortez Editora, 2013. Fruto de sua tese de doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), defendida em 2011, a obra analisou os aspectos autoritários do sistema político brasileiro durante o período conhecido como Milagre Econômico (1969-1973), cujo suporte ideológico foi fundamentado e sustentado, segundo o autor, pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, produzida pela Escola Superior de Guerra.

<sup>6</sup> O livro de Evaldo Vieira busca apresentar uma síntese da história do Brasil durante a ditadura, pincelando em seus cinco rápidos capítulos, os sucessivos governos militares com as suas respectivas políticas econômicas – Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), II PND e III PND. VIEIRA, Evaldo. *A ditadura militar, 1964-1985: momentos da República brasileira*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

<sup>7</sup> Na escassez de novos livros sobre o tema, muitas vezes o caminho encontrado pelos pesquisadores acaba sendo a leitura de artigos acadêmicos (muitos dos quais hoje disponibilizados na internet) ou "revisitar" antigas obras da área da História e da Economia que analisaram com empenho as estruturas e conjunturas econômicas do golpe e da ditadura. Entre as principais, lembro: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Estado e subdesenvolvimento*

- *O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*, de Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, incluso no livro *O Brasil republicano*, organizado por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado<sup>9</sup>;
- *A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967-1969*, de José Pedro Macarini, incluso no livro *Tempo negro, temperatura sufocante*, organizado por Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas<sup>10</sup>;
- *Os anos de ouro e de chumbo: a retomada do nacional-estatismo (1968-1974)*, do livro *Ditadura e democracia no Brasil*, de Daniel Aarão Reis<sup>11</sup>;
- *Nunca fomos tão felizes: o milagre econômico e seus limites, do livro 1964: história do regime militar brasileiro*, de Marcos Napolitano<sup>12</sup>;
- *Mudanças sociais no período militar (1964-1985) e Transformações econômicas no período militar (1964-1985)*, de Francisco Vidal Luna e

---

*industrializado*. São Paulo: Brasiliense, 1977. OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981. KRISCHKE, Paulo J. *Brasil: do "Milagre" à "Abertura"*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1983. MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1986. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. 4. ed., São Paulo: Ática, 1996. TEIXEIRA, Francisco. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed., Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005. BAER, Werner. *A economia brasileira*. 3. ed., São Paulo: Nobel, 2009.

<sup>8</sup> Por motivos de tempo e espaço, não farei uma análise sobre o conteúdo desses capítulos. Limitar-me-ei a apenas apresentá-los, buscando demonstrar a baixa produção relativa à temática econômica da ditadura. De toda forma, desejo aqui expressar minha oposição em relação a essas obras (com exceção do livro *1964: história do regime militar brasileiro*, de Marcos Napolitano), que, entendem o governo João Goulart como paradigma da incompetência administrativa, procuram dividir com a esquerda a responsabilidade pelo golpe, e colocam a "sociedade" como cúmplice do "regime civil-militar" (sic). Para uma crítica contundente a este revisionismo historiográfico liberal, ler, por exemplo: MAESTRI, Mário; JAKOBSSKIND, Mário Augusto. A historiografia envergonhada. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 24, mai. 2003. TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n. 19, 2004, p. 27-48. MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

<sup>9</sup> PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed., vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>10</sup> MACARINI, José Pedro. A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967-1969. In: FILHO, Oswaldo Munteal; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.). *Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008.

<sup>11</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>12</sup> NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

Herbert Klein, incluso no livro *A ditadura que mudou o Brasil*, organizado por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta<sup>13</sup>;

- *O processo econômico*, de Paul Singer, incluso no livro *Modernização, ditadura e democracia*, da coleção *História do Brasil nação*<sup>14</sup>.

Como os três casos anteriormente mencionados, inúmeros outros poderiam ser destacados. O que se pode constatar, de uma maneira geral, é que as reflexões sobre as conjunturas e estruturas econômicas da ditadura foram realmente "negligenciadas" pelos veículos de comunicação e, até mesmo, nas discussões dentro da academia.

Essa constatação que fazemos não é nova. Já na década de 90, os autores João Fragoso e Manolo Florentino, em um lúcido capítulo para o livro *Domínios da História*, em que avaliavam a situação, à época, do campo da história econômica, apontavam o enfraquecimento dessa área como campo específico do saber histórico<sup>15</sup>. Ou seja, há duas décadas, esses historiadores indicavam que a história econômica estava sendo diluída, perdendo espaço e adeptos. A minha proposta neste artigo consiste, portanto, em trazer não uma "novidade", mas sim uma reflexão sobre o fato de essa questão continuar a ser reproduzida até os dias atuais, acarretando sérias implicações para o campo do conhecimento histórico, em especial sobre as análises da ditadura militar.

Cabe-nos, então, indagar quais os motivos que levaram grande parte dos especialistas na temática da ditadura, particularmente os historiadores, em pouco discutir os aspectos econômicos da ditadura? Não será uma temática relevante? Não será mais relevante refletir sobre as estratégias e os planos estabelecidos, os indicadores do período, a economia no plano internacional, os principais agentes favorecidos e desfavorecidos, em que consistiu o tão badalado "milagre" e os problemas econômicos passados para o governo seguinte, entre outras questões?

À medida que consideramos o estudo dos dados econômicos de extrema relevância para a compreensão do curso da ditadura, aliás, para a compreensão do próprio curso do país durante as décadas de 1960 a 1980, sentimo-nos provocados a produzir o presente artigo, que tem como objetivo fazer algumas discussões de caráter introdutórias sobre o atual desinteresse de uma grande parcela de intelectuais, especificamente, dos historiadores, em estudar a política econômica da ditadura militar brasileira. Afinal de contas, "*Esse relativo*

<sup>13</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>14</sup> SINGER, Paul. O processo econômico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). *História do Brasil nação: 1808-2010. Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Vol. 5, Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

<sup>15</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Rodrigo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

*desinteresse não pode ser interpretado como um sintoma de que o tema não é mais relevante*<sup>16</sup>.

Um objetivo mais amplo, não explícito, que nos levou também à confecção deste texto, concluímos: discutir sobre esse período é sempre um bom exercício para que a ditadura militar brasileira não seja esquecida. Pois, como bem dizia o professor Jacob Gorender,

Não se trata, no caso, de levar a efeito tão-somente um progresso acadêmico. Tendo em vista o período ditatorial, o avanço do conhecimento historiográfico nos ajuda a eliminar com mais eficiência suas sequelas, ainda persistentes [...]<sup>17</sup>.

Antes de iniciarmos a discussão proposta neste artigo, convém esclarecer duas questões fundamentais. A primeira é que apesar de tratarmos da complexa relação “história econômica e regime militar”, não iremos nos ater aos aspectos econômicos da ditadura militar brasileira. Dessa forma, embora conscientes da extrema necessidade de se analisar detalhadamente os dados econômicos do período militar, que aumentou a concentração de renda e a desigualdade do país, controlou greves e a vida sindical, abriu o mercado brasileiro de maneira singular para o capital estrangeiro, arrochou salários e modernizou o país pela via conservadora e autoritária, por questões de tempo e espaço, limitar-nos-emos a uma discussão mais conceitual, procurando basicamente entender o porquê da diminuição de uma história econômica da ditadura entre a produção bibliográfica dos últimos vinte anos.

A segunda é deixar claro que esse texto não tem o objetivo de descartar a importância dos “estudos culturais” para a disciplina história, tampouco desmerecer a sua capacidade em conceder voz a diferentes atores sociais. É inegável a enorme contribuição da história cultural para o avanço do conhecimento histórico. Longe de buscarmos uma desnecessária e artificial separação entre “estruturalistas” e “culturalistas”, o que se pretende aqui é, em linhas gerais, denunciar a crescente rejeição acadêmica pelas análises “estruturalistas” em detrimento à demasiada ênfase nos aspectos culturais do regime autoritário brasileiro. O que buscamos neste artigo é nos aproximarmos daquela perspectiva lançada por Emília Viotti da Costa através da qual enfatizou:

Os estudos mais bem-sucedidos são exatamente aqueles em que o autor conseguiu estabelecer uma ponte entre esses dois tipos de abordagens que outros consideraram irreconciliáveis. Sem essa visão mais ampla [...], em vez de representar um salto para frente, pode facilmente se transformar numa história da vida quotidiana, um gênero muito em moda na década de 50, com conotações profundamente conservadoras<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso, op. cit. (1994a), p. 8.

<sup>17</sup> Prefácio a FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 13-14.

<sup>18</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Estrutura Versus Experiência*. Novas Tendências da Historiografia do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se

## Para onde foi a história econômica?

Para tentarmos compreender esse atual desinteresse pela história econômica, que não se refere apenas à temática da ditadura militar, mas atinge, de maneira geral, a produção historiográfica brasileira, acreditamos ser necessário sublinhar dois momentos históricos do século XX que mudaram substancialmente o modo de "fazer história". O primeiro momento foi o ascenso da "nova história cultural", da microfísica do poder e da "micro-história" entre as décadas de 1960 e 1970. O segundo foi o crescimento das análises pós-modernas no começo dos anos 90.

Quando se examinam as mudanças que ocorreram no campo da produção historiográfica entre os anos de 1960 e 1990, observa-se um deslizamento progressivo de um "momento estruturalista" para um "momento antiestruturalista". De uma ênfase no que se definia como "forças históricas objetivas", para uma ênfase na "subjetividade" dos agentes históricos. De uma preocupação que se conceituava como "infraestrutura" nos anos 60 (as forças e as relações de produção, ou seja, a economia), para uma atual preocupação com a "superestrutura" (o cultural, o político, o ideológico, a linguagem etc.). Assim, "[...] passou-se a privilegiar o acidental, o imprevisível, o inesperado, o irracional, o espontâneo, chegando-se ao ponto de se negar pura e simplesmente a existência de um processo histórico"<sup>19</sup>.

Poucos, é importante que se diga, foram aqueles que, após a passagem da "virada epistemológica", souberam conciliar a perspectiva da história cultural com as limitações intrínsecas de seu uso. Robert Darnton, por exemplo, está entre aqueles poucos historiadores cientes das limitações inerentes à utilização de uma abordagem culturalista. Em suas palavras:

Como historiador, estou com aqueles que veem a história como uma construção imaginativa, algo que precisa ser retrabalhado interminavelmente. Mas não acho que ela possa ser convertida em qualquer coisa que impressione a fantasia. Não podemos ignorar os fatos nem nos poupar ao trabalho de desenterrá-los, só porque ouvimos falar que tudo é "discurso". A história pode ser piorada em vez de melhorada [...] <sup>20</sup>.

Se, por um lado, a chegada dessas novas tendências historiográficas, questionando os métodos e as abordagens tradicionais, enriqueceu inegavelmente a nossa compreensão da multiplicidade da experiência humana através dos tempos e expandiu as fronteiras da história para assuntos, episódios e atores, até então pouco estudados, por outro, descartou,

---

ganha. *BIB* – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 29, 1º sem. 1990, p. 8-10.

<sup>19</sup> COSTA, Emília Viotti da. Dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994, p. 14.

<sup>20</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e televisão*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990, p. 69.

equivocadamente, temáticas centrais para a compreensão da história, tais como os processos de acumulação do capital, o papel do Estado, as relações entre as classes sociais, entre outros. Esse descarte da metanarrativa gerou muitas vezes uma concepção conservadora da história, como bem escreveu Emília Viotti: “[...] hoje existe uma tendência conservadora bastante forte na historiografia, da qual os próprios historiadores que a praticam nem sempre chegam a ter consciência”<sup>21</sup>.

A expressiva perda de interesse dos historiadores pelo estudo das “grandes temáticas” pode ser visto claramente, por exemplo, no tema “ditadura militar”. Hoje, é perceptível o decréscimo de trabalhos vinculados às conjunturas e estruturas econômicas nesse campo, mensurável através da significativa diminuição de livros, artigos, teses e dissertações sobre o tema.

Dentro dessa onda “revisionista”, muitos especialistas na temática do regime autoritário brasileiro têm se dedicado às questões do cotidiano, particularidades, anedotas, galhofas, subjetividades, intimidades, mal-entendidos, trapalhadas, confusões, buscado grandes revelações ou fofocas históricas e chamado a atenção para o lado grotesco da comunidade de informações, aludindo a avaliações equivocadas, a erros de interpretações e a coisas do gênero.

O novo discurso analista traduziria a predominância espetacular da mídia. [...] São relatos de casos curiosos que aumentam as vendas e entretêm um grande público. [...] produzem “mercadorias históricas” bem embaladas, eróticas, picantes, envolventes, fulgurantes, ilusionistas, como bons filmes, bons romances, bons seriados e boas reportagens de TV<sup>22</sup>.

210

Carlos Fico vê uma postura perigosa nesse tipo de abordagem. Em suas palavras:

[...] ao longo dos anos, o SNI [Serviço Nacional de Informações] constitui-se em fonte bastante profissional de informações para os generais-presidentes, permanecendo quase sempre nos níveis subalternos as avaliações equivocadas, filtradas que eram, naturalmente, pelos escalões superiores e mais habilitados. Desse modo, a comunidade de informações gerou situações muito sérias, com consequências gravíssimas para a sociedade brasileira. É necessário, portanto, compreendê-la em profundidade, pois o folclore sobre as “atrapalhadas” pode ocultar a verdadeira dimensão do problema<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> COSTA, Emília Viotti da. O Historiador e a Sociedade. *Cadernos Cedem*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2008, p. 9.

<sup>22</sup> REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 77.

<sup>23</sup> FICO, op. cit., p. 75.

Para dirimir quaisquer dúvidas, salientamos que não estamos aqui criticando as pesquisas culturais sérias e necessárias que deram nos últimos anos um significativo avanço sobre o conhecimento da história recente do Brasil. Centenas de acadêmicos têm realizado relevantes pesquisas sobre o golpe de 64 e o regime que se seguiu, enfatizando aspectos como ideologia, cultura, sociedade, cotidiano, costumes, discursos anticomunistas, cinema, religião, histórias em quadrinhos, futebol etc.

O que se critica aqui é a postura de um nicho de indivíduos que visando atrair muitas vezes o mercado editorial e os holofotes da grande mídia têm enfatizado as trapalhadas, mal-entendidos e confusões ocorridas durante a ditadura brasileira, tanto da esquerda quanto da repressão. Na lista, que é grande, podemos citar, entre outros, Reinaldo Guarany<sup>24</sup>, Bruno Barreto<sup>25</sup>, Eduardo Bueno<sup>26</sup>, Marco Antônio Villa<sup>27</sup> e Leandro Narloch<sup>28</sup>. O pequeno excerto abaixo, por exemplo, evidencia o caráter conservador dessas análises, que acabam por esconder o caráter extremamente autoritário da ditadura militar brasileira:

[A tortura] deu aos grupos de luta armada um escudo anticríticas. Hoje, é politicamente incorreto lembrar que os guerrilheiros comunistas estavam estupidamente errados e eram tão violentos e autoritários quanto os militares<sup>29</sup>.

211

Antes de refletirmos sobre os dois momentos históricos que influenciaram muitos historiadores a se afastarem ou mesmo abandonarem os “grandes temas” (por exemplo, os estudos sobre o mercado interno, as estruturas agrárias, o comércio exterior e a industrialização, a demografia, a história empresarial etc.) e a se dedicarem mais precisamente às questões culturais, do cotidiano e da subjetividade, é oportuno sublinhar duas questões: em primeiro lugar, que o desinteresse pela história econômica é um movimento que não é apenas local, mas sim mundial. Em segundo lugar, é uma tendência que apesar de ter crescido consideravelmente nos últimos anos, não é recente; é algo já visível desde a metade do século XX.

<sup>24</sup> GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>25</sup> Com o filme *O que é isso, companheiro?*, lançado em 1997, a partir das memórias de Fernando Gabeira.

<sup>26</sup> BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história*. São Paulo: Editora Leya, 2010.

<sup>27</sup> VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira: 1964-1985 – a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Editora Leya, 2014.

<sup>28</sup> NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Editora Leya, 2009.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 203.

## O antiestruturalismo e a história econômica

De acordo com o antropólogo francês Marc Augé, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por uma “aceleração da história”<sup>30</sup>. A partir desse episódio, o mundo, além de ter se transformado consideravelmente, teria feito isso a um ritmo alucinante. Fatos que demoravam, por exemplo, décadas a ocorrer ou serem conhecidos, hoje se transformam e/ou são conhecidos em instantes. Sem dúvida, a nossa percepção e a forma de lidar com este mundo mudaram sensivelmente ao longo do “breve século XX”, como costumava chamar Eric Hobsbawm<sup>31</sup>. Como bem definiu Marc Augé, em nossa época, “a história corre atrás de nós, está em nossos calcanhares”.

Uma das consequências visíveis dessa “aceleração da história”, segundo Marc Augé, é a “superabundância de eventos”. Ou seja, com a larga ampliação dos meios de circulação e comunicação em escala global, hoje somos atingidos por um excesso de informações e de acontecimentos que muitas vezes acabam passando despercebidos pelos próprios indivíduos<sup>32</sup>. Para o antropólogo francês, o tempo atual enfrenta uma séria perda de identidade dos indivíduos em relação aos antigos e importantes centros de ação coletiva, tais como sindicatos, religião, partidos, nação etc. O mundo atual é um mundo que, transformando-se e movendo-se rapidamente demais, não contribui para a sua assimilação ou compreensão, mas sim para a perda de identidade dos indivíduos diante dele. Hoje, resume: vive-se o “mal do presentismo”.

Marc Augé sublinha que as consequências da atual “superabundância de eventos” não se dão apenas no plano concreto do dia-a-dia, mas também no plano epistemológico. O autor afirma que a partir da metade do século XX, particularmente a partir da década de 1970, ocorreu uma “virada” no mundo das ciências, com a entrada de novas pesquisas, abordagens, objetos, métodos, técnicas, agentes, temáticas etc. Essa “virada” pode ser vista, por exemplo, nas Ciências Sociais, particularmente no campo da História.

Na disciplina histórica, essa “virada epistemológica” reflete substancialmente o ascenso da história da cultura popular, da “nova história cultural”, da microfísica do poder e da “micro-história” no limiar dos anos 60 e 70. Essa renovação na pauta historiográfica nos trouxe importantes avanços, tais como a inserção de novas culturas e personagens (a criança, a mulher, o delinquente, o doente, o analfabeto, entre outros, por exemplo), novos problemas e objetos e, principalmente, novas abordagens. Para citar apenas

<sup>30</sup> AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

<sup>31</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>32</sup> O historiador, que, durante séculos, foi o grande ordenador dos acontecimentos, perdeu espaço para os veículos de comunicação. Hoje, na maioria das vezes, quem “decide” o que deve ser esquecido ou eternizado ou entrar (ou não) para os Anais da História é a comunicação de massa. Para uma análise de como os veículos de comunicação tendem hoje a produzir o sensacionalismo, fabricar permanentemente o novo e alimentar o grande público faminto de acontecimentos, ver: NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*, 4. ed., 1995, p. 179-193.

algumas, hoje há história culturais da percepção, das ideias, da leitura, do falo, da loucura, da anorexia, da alimentação, do cheiro, da feitiçaria, das lágrimas, dos mitos, das lendas, da sexualidade, do corpo, da prostituição, do imaginário, do humor, da teatralidade do poder, da criminalidade, da violência, do simbólico, dos rituais de poder, da homossexualidade, da criança, do carnaval, das procissões, da dança, do amor, dos mistérios e dos rituais, das formas individuais e cotidianas de resistência etc. Nesse período, como argumentou José Carlos Reis, passou a ter preferência nas pesquisas acadêmicas, "pequenos dados e aventuras individuais. Nasce um olhar em migalhas, curioso de fatos e biografias de homens apenas 'diferentes', 'interessantes', e não por serem centrais e heróis"<sup>33</sup>.

Muito pertinentemente, essas abordagens históricas foram desenvolvidas em meados da década de 1970 como uma reação a certo estilo de história tradicional que empregava métodos quantitativos e descrevia tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à especificidade das culturas locais. Tais estudos responderam a uma demanda social, a uma crítica à ênfase na alta cultura tradicional. Em seu lado positivo, eles responderam à necessidade de compreender os diferentes atores sociais e culturas existentes.

No entanto, cabe dizer, com o passar do tempo, esses estudos se tornaram demasiadamente estreitos. De maneira bastante irônica, uma abordagem que começou como um protesto contra o reducionismo histórico, as explicações econômico-sociais e de longa duração tornou-se excessivamente exclusivista. Como apontou Emília Viotti:

O resultado desse movimento de uma postura teórica para outra foi que se passou simplesmente de um tipo de reducionismo para outro. Ao reducionismo econômico substituiu-se um novo tipo de reducionismo: cultural ou linguístico, tão insuficiente e equivocado quanto o anterior, apenas se inverteram os termos do discurso historiográfico<sup>34</sup>.

Resta, então, saber se a preocupação cada vez mais intensa com outros campos do saber historiográfico, notadamente, o privilégio à análise cultural, justificam o crescente abandono da reflexão e da própria pesquisa na área da história econômica. Deixou esta de ser uma temática relevante para a compreensão do tempo atual? A meu ver, certamente não, pois convém lembrar, como parece óbvio, que os homens continuam trabalhando, produzindo e consumindo. Assim como o crescimento industrial, a estrutura agrária arcaica e a desigualdade na distribuição da riqueza ainda continuam em nosso país, por si só justificando as pesquisas na área.

Assim, pode-se afirmar que embora as críticas ao "economicismo" e ao "quantitativismo" da história econômica tenham sido pertinentes, o seu atual desprezo é um grande equívoco e uma perda para a compreensão do

<sup>33</sup> REIS, op. cit., p. 46.

<sup>34</sup> COSTA, op. cit., p. 13.

conhecimento histórico. É necessária uma análise histórica que inclua a área econômica não apenas como fim, mas como ponto de partida.

[...] tornou-se de “bom-tom”, em algum momento do final dos anos 1970, arrostar o marxismo, tantos eram os equívocos (políticos e teóricos) cometidos em seu nome. Assim, tendo como alvo principal o chamado “marxismo vulgar”, isto é, o determinismo economicista e a leitura stalinista da teoria dos modos de produção, muitos críticos buscaram descartar o marxismo como um todo – equívoco teórico que ainda demandará anos para ser expiado<sup>35</sup>.

No nível internacional, se essa “virada epistemológica” no modo de “fazer história” desencadeou-se em meados dos anos 60 e 70, no caso específico do Brasil, os ecos deste movimento se fizeram sentir tardiamente. Grosso modo, pode-se dizer que apenas nos anos 80, e de maneira mais acentuada nos anos 90, foram sentidos aqui os efeitos do *tournant* vivido pela historiografia internacional. Como destacou João Fragoso e Manolo Florentino: “[...] se no início dos anos 80, seis em cada dez trabalhos defendidos no Rio de Janeiro dedicavam-se a história econômica, em 1992 investigações deste tipo ocupavam menos de dois entre cada dez pesquisadores”<sup>36</sup>.

Nos anos 90, não apenas a influência da abordagem antiestruturalista dos anos 60 e 70 levou muitos historiadores a valorizarem o aspecto subjetivo e estético da história, mas também a chegada das análises pós-modernas no começo dos anos 90, no bojo do processo de globalização.

214

### O pós-modernismo e a história econômica

Em meados da década de 1990, uma abordagem pós-modernista, influenciada pelos filósofos Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Roland Barthes, Jean-François Lyotard, chegou fortemente no campo da história. Filosoficamente, os historiadores adeptos a esse tipo de abordagem partem de uma concepção cética da realidade, que pode ser resumida na ideia do filósofo grego Górgias de que “*Nada existe; e se existe, é incognoscível*”. Assim, uma vez que para esses historiadores a realidade não existe, ela não tem como ser contada; apenas como ficção ou literatura. Nessa ótica, a realidade é apenas discurso. A imagem refletida pelo espelho é mais real que o próprio ser.

Nessa mudança de paradigmas, muitos historiadores, influenciados pelos ensinamentos do filósofo Jacques Derrida, decidiram que mais importante que o fato é o discurso ou as suas interpretações. Nas palavras de Derrida: “*precisamos interpretar a interpretação mais do que interpretar as coisas*”.

<sup>35</sup> FICO, op. cit., p. 33.

<sup>36</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo, op. cit., p. 55.

A entrada das ideias pós-modernas na área das ciências humanas levou à formação de duas visões antagônicas sobre a história da humanidade. Ambas perigosas, de origem liberal e conservadora.

### a) A visão negativa da história

A primeira visão revela uma forte descrença num futuro melhor para a humanidade. É uma concepção negativa, pessimista da história. São aversos a qualquer projeto utópico. Em sua grande maioria, são da geração "pós-68". Como é sabido, 1968 foi um ano singular na história da humanidade. As respostas dadas ao longo do tempo para adjetivá-lo são as mais variadas possíveis: ano louco, enigmático, revolucionário, utópico, radical, rebelde, mítico, inesperado, profético, que ainda não terminou, das ilusões perdidas, que abalou o mundo etc.

Não apenas na França, mas no mundo todo, esse ano representou uma dura afronta ao *status quo*, ao *establishment*. Greves, passeatas, manifestações e revoltas desencadearam-se em diversos países do mundo. Esse foi um ano de efervescência e protesto cultural, de esperanças utópicas e sonhos libertários, e de "*romantismo revolucionário*", no dizer de Michel Löwy<sup>37</sup>. Os jovens desse período não aspiravam apenas a reforma, mas a completa transformação do poder. Como argumentou Franklin Leopoldo e Silva:

O que havia de grandiosamente impossível na base de tudo que se queria fazer não eram reivindicações implausíveis ou irrealistas. Era algo mais radical: a completa transformação do poder. *As revoluções costumam aspirar ao poder para transformar a realidade; em 1968 o que se queria transformar era a realidade do poder* (SILVA, 2008, p. 62, grifo nosso)<sup>38</sup>.

Em muitos locais – a exemplo da própria França – o resultado prático do ano de 1968 foi menor do que o esperado. Segundo Perry Anderson, o que sobrou de 1968 foi o fracasso, uma vez que o movimento foi duramente vencido; com o passar do tempo, vários de seus participantes e dirigentes tornaram-se conformistas; e o capitalismo tornou-se, a partir daí, não somente triunfante, mas como o único horizonte possível<sup>39</sup>.

Fruto da geração "pós-68", muitos intelectuais culturalistas buscaram em suas análises enfatizar apenas o "lado negativo" de 1968. Esqueceram ou apagaram o outro lado, que contém os aspectos positivos. Vendo o evento apenas de um lado da moeda, alimentam uma forte descrença em um futuro

<sup>37</sup> LÖWY, Michael. O romantismo revolucionário de Maio 68. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 84, maio de 2008.

<sup>38</sup> SILVA, Franklin Leopoldo e. Memória e Esperança. *Cult*, São Paulo, v. 11, n. 126, jul. 2008, p. 62.

<sup>39</sup> Citado por LÖWY, op. cit.

melhor para a humanidade. Isso acelerou o “mal do presentismo”, em que o importante é o aqui e agora.

*Ipsa facto*, propõem o fim das metanarrativas, as explicações macro (iluminismo, marxismo, liberalismo, por exemplo), enfatizando a insuficiência analítica de tais perspectivas para dar conta da “realidade social da atualidade”. Em outras palavras, as metanarrativas não são mais suficientes para apreender a enorme complexidade dos “tempos pós-modernos”<sup>40</sup>. Não dão conta da realidade. Como argumentou José Carlos Reis,

Hoje, não há projetos sociais ou grandes causas que mobilizem os grupos sociais. ‘Promessas de sol’ não queimam mais o coração ocidental! Na cultura pós-moderna não há profecias nem utopias<sup>41</sup>.

Ciro Flamarion Cardoso teceu pertinentes críticas a essa historiografia pós-moderna:

Acho que a afirmação de que nunca mais haverá teorias globais com alguma chance de promover mobilizações importantes seja pura asneira. As próprias questões caras aos ‘pós-modernos’ – devastação da natureza, armamentismo, perigos do emprego da energia nuclear, aperfeiçoamento das técnicas de opressão do indivíduo ou de alguma modalidade específica de indivíduos (mulheres, negros, minorias diversas) – não podem, sem frustração permanente, enfrentar-se sem visões e estratégias globais do social<sup>42</sup>.

216

## **b) A visão positiva da história**

A segunda visão tem um caráter positivo, pois defende que o momento atual representa o coroamento da história da humanidade. Essa ideia ficou conhecida como “fim da história”, chegada com força no campo da história no início dos anos 90, época em que o mundo atravessava uma séria crise ideológica.

O “fim da História” corresponde a uma tese lançada no início do século XIX pelo filósofo alemão Hegel e retomada pelo cientista político americano Francis Fukuyama (um dos principais ideólogos do presidente norte-americano Ronald Reagan durante a década de 1980), através da publicação do polêmico best-seller “*O Fim da História e o Último Homem*” no ano de 1992<sup>43</sup>.

Em sua concepção original, para Hegel, o “fim da história” aconteceria no momento em que a humanidade atingisse o seu “equilíbrio total”, através da

<sup>40</sup> Para uma maior compreensão sobre esse ponto de vista, ler: LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998; WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

<sup>41</sup> REIS, op. cit., p. 53.

<sup>42</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 102-103.

<sup>43</sup> FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ascensão do liberalismo e da igualdade jurídica, o que, por certo, acabariam com a "luta de classes". É uma visão que além de idealista e romanceada, é também utópica, ao acreditar no direcionamento da história da humanidade para a evolução e o progresso.

Hegel associaria o "fim da história" com a Revolução Francesa. Não se pode perder de vista que Hegel é um homem de seu tempo. Acompanhou a Revolução Francesa e os seus ideais. Isso o levou a uma concepção idealista e romanceada da sociedade. Para ele, depois da Revolução Francesa, não seria mais possível nenhuma outra mudança histórica progressiva.

Naquele momento de plena efervescência revolucionária, o capitalismo, e mais especificamente a burguesia, se apresentavam como forças revolucionárias, liderando, pelo menos no campo das ideias, as transformações sociais. Para muitos – assim como para Hegel – era difícil conceber uma igualdade e liberdade melhor do que a propiciada pela sociedade burguesa. Como não é difícil de imaginar, Hegel e as pessoas de sua época que compartilhavam dessa tese morreram sem ter visto o tal "fim da história".

Dois séculos depois, Francis Fukuyama retomou essa ideia. Para ele, a humanidade tinha alcançado o tão propalado "equilíbrio total" não no curso da Revolução Francesa como imaginava Hegel, mas sim a partir da queda do Muro de Berlim, em 1989, e do fim da União Soviética, em 1991. Fukuyama defende que a sociedade chegou ao "fim da história", seu último estágio evolutivo, no final do século XX. Para basear seu argumento, utiliza-se inapropriadamente dos filósofos Hegel e Marx. Em suas palavras:

Tanto para Hegel quanto para Marx a evolução das sociedades humanas não era ilimitada. Mas terminaria quando a humanidade alcançasse uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais. Desse modo, os dois autores previam o 'fim da História'. Para Hegel seria o estado liberal, enquanto para Marx seria a sociedade comunista<sup>44</sup>.

Segundo ele, a partir da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética, o *capitalismo* e a *democracia* teriam, definitivamente, se consolidado. Para Fukuyama, o modelo democrático-capitalista seria o tipo de organização social que permitiria a humanidade produzir e consumir a maior quantidade possível de produtos e de o fazer numa base mais igualitária. A seu ver, o modelo capitalista viria acompanhado da democracia e da igualdade de oportunidades. Todos seriam livres e capazes de conquistar os seus objetivos. "A vida na democracia liberal é, potencialmente o caminho para a grande abundância material [...]. O Estado liberal democrático nos valoriza em nosso senso de dignidade"<sup>45</sup>.

<sup>44</sup> FUKUYAMA, op. cit., p. 12.

<sup>45</sup> Ibid., p. 197.

O tão propalado “equilíbrio total” adviria do fato, então, de haver apenas uma única potência, os Estados Unidos, que acabaria com os antagonismos e disputas internacionais e representaria uma solução de paz à ordem mundial. Fukuyama se refere a esse período de hegemonia norte-americana como “pós-histórico”. De acordo com Fukuyama, ainda que haja atualmente alguns eventos no plano internacional que contestem a hegemonia norte-americana, a democracia e o capitalismo – e com isso algumas pessoas se levantem para dizer que a “história não acabou!” –, tais eventos não têm força; não incomodam a atual conjuntura. Em relação a essa questão, Fukuyama afirma:

Os eventos atuais são diferentes do desafio que o comunismo representava. Um dia, os maiores intelectuais do mundo ocidental imaginavam que todas as sociedades se converteriam em comunistas, ou em socialistas. Hoje ninguém pensa que isso possa acontecer<sup>46</sup>.

Não haveria hoje, portanto, nenhuma ideologia apta a desafiar a democracia liberal. Não vou aqui aprofundar-me em rebater as ideias equivocadas de Fukuyama em defesa de um sistema econômico-político que exclui mais de dois terços da população mundial. A meu ver, esse modelo desigual, segregacionista, fundado na exploração, nunca poderá ser tomado como coroamento da história da humanidade.

Por fim, a esse respeito, cabe lembrar que, no caso específico do Brasil, o “fim da história” “coincidiu” com a eleição de Collor, em 1989. Com este presidente, o Brasil, entre outras questões, abriu as portas para a liberalização e desregulamentação de sua economia e a privatização de indústrias e serviços públicos.

218

## Considerações Finais

Com o percurso feito até aqui, espero ter demonstrado que o atual pouco interesse dos intelectuais e da imprensa especializada em refletir sobre os dados econômicos da ditadura militar brasileira não é algo recente, superficial, local e passageiro. Na verdade, esse desinteresse segue o próprio fluxo de enfraquecimento de âmbito internacional pelo qual passa a história econômica. Dentro dos programas de pós-graduações em História, essa área encontra-se quase sempre à margem. Seria exagero falar de um desmantelamento da área, mas os recuos são evidentes.

Em uma perspectiva bem otimista pode-se dizer que está ocorrendo atualmente uma retomada dos estudos em História Econômica. Essa percepção pode ser verificada, por exemplo, com o expressivo aumento do número de trabalhos acadêmicos apresentados, ao longo dos últimos anos, no Congresso Brasileiro de História Econômica, organizado pela Associação Brasileira de

---

<sup>46</sup> Ibid, p. 12.

Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Em 2002, quando foi realizado o primeiro Congresso (na UNESP), foram apresentados 42 trabalhos. Já nos dois últimos congressos, o IX em 2011 (na UFPR) e o X em 2013 (na UFJF) foram apresentados, respectivamente, 147 e 168 trabalhos. Resta saber, contudo, se esse crescimento no número de trabalhos apresentados tende, de fato, a permanecer.

Qual foi, precisamente, o recuo dos estudos econômicos na produção historiográfica brasileira das últimas décadas, apenas uma pesquisa específica de fôlego poderia detectar. Nos limites deste sucinto artigo, vale ressaltar que, como no caso de outros países, o Brasil vem diminuindo substancialmente os estudos que têm o aspecto econômico como objeto central de pesquisa. Hoje, é reduzido o número de cursos de Pós-Graduação em História Econômica no Brasil e grande parte da história econômica é feita por economistas. E não é preciso dizer a perda substancial para a disciplina da história que decorre desse fato.

Os historiadores brasileiros demonstram um certo desinteresse pela história econômica, que acaba sendo relegada para os economistas ou sociólogos, principalmente aqueles que se dedicam à sociologia política, assim como para outros profissionais como juristas e até mesmo engenheiros, quando não para historiadores estrangeiros<sup>47</sup>.

219

Como já foi anteriormente destacado, o enfraquecimento da história econômica é resultado, em grande parte, de mudanças mais profundas ocorridas na área das ciências sociais, no decorrer das últimas décadas, notadamente no curso da década de 90, em que não apenas a economia, mas todas as explicações macro ficaram na sombra da produção científica. A abordagem que está hoje na crista da onda é aquela que enfatiza, principalmente, o cultural e a subjetividade dos indivíduos. A essa concepção, que muitas vezes “fica no ar”, faltando-lhe contato com qualquer base econômica ou social, Emília Viotti pertinentemente argumentou:

[...] um grande número de historiadores passou a negar que a história obedecesse a qualquer lógica. Ao mesmo tempo, abandonaram qualquer esforço de totalização. Isso levou ao descrédito e abandono de todos os modelos teóricos [...]. Consequentemente, as questões teóricas que no passado frequentemente se sentiam da falta de embasamento empírico e se perdiam em debates escolásticos, estéreis e infrutíferos, passaram a um segundo plano, quando não foram totalmente esquecidas. O empirismo virou moda novamente. Não mais como um momento necessário da teoria, mas como um fim em

---

<sup>47</sup> NASCIMENTO, Benedito Heloiz do. Cientificismo em História: um exame reflexivo. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; AMARAL, Vera Lúcia (Orgs.). *História econômica: reflexões e construções do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 15.

si mesmo. Como se a história inocentemente se revelasse a quem quer que se debruce sobre os documentos apenas<sup>48</sup>.

Os historiadores, embora por força do ofício se utilizem de técnicas, procedimentos e conceitos da área econômica e recursos de estudos quantitativos e de natureza estatístico-matemática, com complicados gráficos, cálculos e progressões geométricas e aritméticas, não analisam os “dados econômicos puros” como fazem os economistas. Diferentemente destes, os historiadores econômicos buscam entender as conjunturas e estruturas econômicas ou as razões da desigualdade, do enriquecimento e das crises econômicas de uma sociedade em determinada época através de uma abordagem econômica, que leva em conta os campos vizinhos – político, social, cultural, antropológico, intelectual etc. – dando uma contribuição indispensável à nossa visão da história como um todo, “história total”, como diziam os franceses, notadamente o historiador Fernand Braudel.

### **Sobre o autor**

Rafael Leite Ferreira é doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Grupo de Pesquisa “Poder e relações sociais no Norte e Nordeste” (CNPq). Assessor da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC/PE). E-mail: [rafaleferr@hotmail.com](mailto:rafaleferr@hotmail.com).

220

*Artigo recebido em 16 de novembro de 2014.  
Aprovado em 10 de junho de 2015.*

---

<sup>48</sup> COSTA, op. cit., p. 13.